

Airton José Cavenaghi 

Universidade Anhembi Morumbi (UAM-SP).

PPG em Hospitalidade

acavenaghi@gmail.com

O INÍCIO DA HOTELARIA PAULISTA: UMA ANÁLISE DE SUA MÃO-DE-OBRA (1850-1890)

Resumo

Neste artigo analisa-se a mão-de-obra utilizada no setor hoteleiro na cidade de São Paulo, ao final do século XIX em seu início como atividade econômica. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório com metodologia que foca diretamente a coleta documental em acervos de jornais de circulação na cidade de São Paulo durante o século XIX e associa este método com a triangulação dos textos dos anúncios apresentados ao momento histórico de sua publicação. No textual produzido objetivou-se analisar como os anúncios divulgados em periódicos diários de expressiva circulação no período, reproduziram valores culturais da sociedade na qual estão inseridos. O setor de serviços no Brasil amparou-se em certa contaminação de diretrizes e valores do antigo modelo escravocrata, prejudicando o desenvolvendo e a especialização do setor em um determinado empreendimento, como o hoteleiro aqui analisado. Além deste fato, os estabelecimentos hoteleiros neste momento da história da cidade de São Paulo, serviram de ponto de convergência de negócios praticados por viajantes ou mesmo por residentes que aproveitando-se da circulação de pessoas nestes estabelecimentos, gerenciavam negócios paralelos utilizando-se da base hoteleira para este fim. Este aspecto demonstra que os setores públicos e privados possuíam relações próximas e não muito definidas, fato associado a permanência de valores muito mais rurais que urbanos em especial nos aspectos da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Hospitalidade; História; Hotelaria; Mão-de-obra; São Paulo-Século XIX.

THE BEGINNINGS OF THE LODGING INDUSTRY IN SÃO PAULO: AN ANALYSIS OF ITS WORKFORCE (1850-1890)

Abstract

This article analyzes the workforce employed in the hotel sector in the city of São Paulo at the end of the 19th century, during its early stages as an economic activity. This exploratory research utilizes a methodology focused directly on documentary collection from newspaper archives circulating in São Paulo during the 19th century, combining this method with the triangulation of advertisement texts within their historical context of publication. The objective of the produced text was to analyze how advertisements published in daily newspapers with significant circulation during that period reproduced the cultural values of the society in which they were embedded. The service sector in Brazil was underpinned by a certain contamination of guidelines and values from the former slave-owning model, which hindered the development and specialization of the sector within specific enterprises, such as the lodging industry analyzed here. Furthermore, hotel establishments at this moment in São Paulo's history served as a convergence point for business conducted by travelers or even residents who, taking advantage of the flow of people in these venues, managed parallel businesses using the hotel infrastructure for this purpose. This aspect demonstrates that the public and private sectors maintained close and poorly defined relationships—a fact associated with the persistence of values that were far more rural than urban, particularly regarding the characteristics of the city of São Paulo.

Keywords: Hospitality; History; Lodging Industry; Workforce; São Paulo-19th century.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto das análises do projeto “Hospitalidade e a história da Hotelaria paulista: São Paulo e outras cidades (1850-1950)”¹, em atividade desde o ano de 2023. Os resultados aqui apresentados, exploram lacunas dos estudos desenvolvidos até o momento que buscam compreender a hotelaria paulista apenas pela existência do equipamento hoteleiro em si e muito pouco pela sua relevância sociocultural e histórica. Nesta primeira fase de exposição dos resultados das pesquisas, explora-se uma destas lacunas. Em especial, algumas análises relacionadas a formação inicial da mão-de-obra no setor, localizando-as entre os anos finais do século XIX e início do século XX.

A história da hotelaria paulista ainda é carente de interpretações sócio-históricas. As análises existentes contemplam situações administrativas e de gestão, que apesar de serem iniciativas importantes de análises, não abordam razões históricas para o aparecimento do empreendimento, como também não o compreendem como uma organização vinculada diretamente aos fatores externos, que refletem condições históricas e socioculturais daquele momento. As percepções do empreendimento a partir apenas de razões gerenciais refletem condições de entendimento da organização, mas negligenciam a história cotidiana das pessoas que a gerenciam. Claro que situações técnicas externas, alavancam mudanças na estruturação destas mesmas organizações. Este fato já era perceptível nos EUA desde a primeira metade do século XX, ou seja: *The history of the U.S. hotel industry before 1939 was one of boom and bust- expansion with the railroads in the 19th century, growth with the prosperity of the 1920s, and near collapse in the 1930s.* (Brown; Lefever, 1989, p.18).

Brown e Lefever (1989) buscam nestas razões técnicas externas, demonstrar que a “evolução” tecnológica, amparada na ferrovia como um fator de proliferação de negócios hoteleiros no EUA, desde a segunda metade do século XIX. Esta análise também acompanha falas de pesquisadores brasileiros tais como Siqueira (2012, p.344) argumentando “[...] que buscamos comparar o valor e a dimensão desses estabelecimentos de hospedagem, bem como, quando possível, o que havia no seu interior em termos de equipamentos e instalações”, ou mesmo a argumentação de Walton (2004) que diz que as estalagens para paradas de carruagem só sobreviveram até a metade do século XIX na Inglaterra, perdendo significados após a chegada do trem.

¹ Este trabalho recebeu bolsa de pesquisa do Instituto Ânima. Editais 60/2024 e 12/2025.

Mesmo na perspectiva de análise social proposta por Walton, não podemos falar de “rupturas de funções” e sim transformações com novos usos e significados. Aqui se percebe apenas a valorização e a estruturação do estabelecimento comercial amparado por noções econômicas de sua existência, ou seja, aspectos relacionados a sua tecnicidade.

Nas análises sobre a história da hotelaria brasileira, esse tem sido o fio condutor das interpretações estabelecidas, ou seja, uma lógica capitalista de consumo e distribuição de riquezas. Estas interpretações também se amparam na reprodução de modelos externos ao país, colocando-os como matrizes formadoras da experiência hoteleira brasileira mesmo em um país que praticamente não permitia a presença e hospedagem de estrangeiros antes da abertura dos portos em 1808. Desta forma esta interpretação apresentada pelos autores comentados, é por si só bastante simplista, ao não considerar valores locais estabelecidos.

Nota-se que não se negligenciam estas análises, mas pretende-se acrescentar que o setor hoteleiro no território paulista e em especial nesta etapa da pesquisa que está sendo realizada, a cidade de São Paulo a partir da segunda metade do século XIX, obedece a uma lógica associada a um fenômeno próprio do país, estruturado economicamente e culturalmente no uso do trabalho escravo.

Questiona-se neste momento, quando o uso do trabalho assalariado criou mecanismos reais de aceitação do estabelecimento hoteleiro como um “porto seguro” a ideia de ser um hóspede em território brasileiro? Pois “ser hóspede”, na ideia hoje amplamente aceita, também é uma representação deste mesmo século XIX que se amparou na ideia da chamada segunda etapa da Revolução Industrial que provocaria, entre outras situações, um intenso movimento migratório.

A hotelaria e sua historicidade no Brasil

Por ter como base de análise com elementos documentais primários, esta pesquisa procurou compreender a fala de diferentes autores sobre as questões aqui expostas, mas considera-se que os mesmos, no caso específico da literatura em língua estrangeira, não refletiram parâmetros locais, embora tenham sido largamente utilizados como sustentação teórica atribuída ao desenvolvimento da hotelaria como no caso específico do território paulista.

Considera-se como pioneiros neste estudo, Brown, T.E.; Lefever, M.M. (1989), que primeiro propuseram uma linha cronológica de análise do desenvolvimento da “indústria” hoteleira em território dos EUA, por meio de estudo de um caso específico. Em suas análises a questão tecnológica e o fio condutor do processo histórico do caso estudado, embora não seja possível transpor suas conclusões para a situação específica do território brasileiro e em especial para o panorama paulista.

Belchior, E.O.; Poyares, R. (1987), apresentam um estudo que segue a tendência de análise dos autores anteriores, embora criem uma linha cronológica interpretativa própria, construída em base documental de anúncios de época, além de reminiscências de viajantes que na maioria dos casos eram estrangeiros, já habituados em compreender a hotelaria como um setor de serviços específico de ganhos de capital em seus lugares de origem. Tem-se em Belchior e Poyares (1987) os principais autores utilizados na interpretação da história da hotelaria no Brasil, embora o foco principal trabalhado pelos autores tenha sido a cidade do Rio de Janeiro.

Pires (1991), semelhante as propostas dos autores anteriores, propõem a especificidade do crescimento urbanos das cidades brasileiras na segunda metade do século XIX como parâmetro interpretativo, traz a visão dos viajantes e novos personagens: esses viajantes são brasileiros que relatam suas experiências em solo paulistano. Neste momento, segunda metade do século XIX, pode ser considerado o início dos serviços de hospedagem em São Paulo, com características “modernas” e comparadas aos existentes, principalmente na Europa. Pires (1991) apenas “escuta” as falas existentes em material de época, concluindo assim, que a história estava relatada, embora tenha desconsiderado o tempo destas falas e os significados não explicitamente visíveis presentes nelas. Por exemplo, a caracterização de estabelecimentos “modernos”, elogiados por esses viajantes, restringem-se a presença de mobiliário específico e serviços gastronômicos. Estas mesmas análises ignoram quem trabalha e as relações socioculturais destes mesmos estabelecimentos para o cotidiano da urbe em desenvolvimento.

O pioneirismo de Pires (1991) encontra-se em referenciar seus escritos, diferente de Lima (1991), por exemplo, que ao analisar características da hotelaria paulista no momento de sua fala, faz um “relato de experiência”, ou seja, sem bibliografia de referência, tornando seu artigo um documento da

história da hotelaria em solo paulista de seu momento vivido, pois traz características dos empreendimentos e de seus usuários, sem uma cronologia histórica que serve de fio condutor.

Após estas referências, a história da hotelaria paulista será retomada por Dias (2006) ampliando análises de sua Dissertação, defendida em 1990, que argumenta:

Partindo-se do pressuposto de que os hotéis surgem para satisfazer determinadas necessidades, pode-se afirmar que os primeiros hotéis, do império, na cidade de São Paulo, no século XIX, surgiram para acompanhar a mudança dos costumes trazidas pelo imigrante europeu e atender às novas necessidades de receber, alojar e entreter, dos barões do café. (Dias, 2006, p.188)

Na fala de Dias (2006) há uma importante referência a presença de estrangeiro na organização do setor de serviços na hotelaria paulista. E esse é um caminho explorado por alguns autores na construção de uma interpretação histórica para a questão. Entre esses autores destacam-se Siqueira (2012), que expõe a diversidade dos equipamentos hoteleiros após 1900 na cidade de São Paulo, além da heterogeneidade dos frequentadores. Seu método documental de recolhimento de dados, análise e interpretação de “inventários *post mortem*”, demonstra esta particularidade em três hotéis diferentes na região central da cidade que eram gerenciados por europeus. O trabalho de Siqueira (2012) mostra um amadurecimento da historicidade para análise deste tipo de empreendimento em solo paulistano, mas a proposta de Dias (2006) sobre o gerenciamento de estrangeiros de estabelecimento é expressa em iconografia de época sendo foco de atenção e registro de fotografos no período como os trabalhos de Militão Augusto de Azevedo.

Anterior a este fato, no ano de 1838, Paulo Mairó anunciava a mudança de sua hospedaria para a então Rua do Ouvidor, nº 10 e que continuava a “receber pensionista: por preço commodo” (Jornal “A Phenix”, 30/05/1838, p. 04). Este “anúncio” ajuda a elucidar que o conceito de hospedagem na então cidade de São Paulo é anterior a definição moderna de hotel e ela era feita em casas de famílias cujos proprietários não eram necessariamente estrangeiros.

A presença de estrangeiros na gestão de empreendimentos hoteleiros é associada a outras características pela qual passava a cidade de São Paulo principalmente após a presença da ferrovia em 1867. Neste aspecto algumas hipóteses associam-se a essa afirmação ou seja: Ligação mais rápida entre Santos (porto) e a cidade de São Paulo; ampliação do fluxo de viajantes; a

cidade de São Paulo passa a ser destino final e não mais só local de passagem (entroncamento de caminhos); presença intensa de imigrantes (muitos imigrantes passam ser proprietários de hotéis e pensões); início do processo de urbanização: as pessoas passam a morar na cidade; ampliação dos negócios de meios de hospedagem e gastronomia.

Figura 01: Hotel Palm, largo do Capim e ladeira do meio, rumo ao vale do Anhangabaú; Militão Augusto de Azevedo, São Paulo - SP - Brasil – 1860 (Hotel Palm).

Fonte: Coleção "Gilberto Ferrez"; Instituto Moreira Sales (IMS). Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/index.php/Detail/objects/192895> <acesso 17/10/2025> Domínio Público.



Na imagem fotográfica a seguir, observa-se como esta mudança já era sentida nas décadas finais do século XIX.

Figura 02: Ladeira e Rua de São João (1887). (Hotel Italia Brazil).

Fonte: Fotografia Militão Augusto de Azevedo (1887). Coleção "Mestres do Séc. XIX". Instituto Moreira Sales (IMS). Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/index.php/Detail/objects/748563> <acesso 24/10/2024> Domínio Público.



De propriedade dos imigrantes Paulo Pucciarelli e Maria Spinelli Pucciarelli, o “*Hotel Italia Brazil*” é um reflexo desta mudança em curso na cidade no período. Nesta imagem observa-se a expressão “*Para Famílias*” que sugere a ideia do local ser ideal para casais e seus filhos, e os proprietários ao perceberem a ausência de espaço para estes imigrantes, passam a administrar seu negócio explorando essa possibilidade comercial. Nesta imagem o hotel tinha acabado de mudar de endereço para a Rua de São Bento, nº 67, mas a vista captada pelo fotógrafo é da atual Rua de São João, uma vista panorâmica da cidade bastante conhecida e que já havia sido registrada por Jean Baptiste Debret, e na época, no ano de 1822, era chamada “Ladeira e Ponte do Acú”.



Figura 03: Anúncio do Hotel Italia e Brazil no Almanach Provincia de São Paulo (1888) Fonte: SECKLER, Jorge. Almanach da Província de São Paulo (1888); Notabilidades, p.111 (Coleção Autor) Domínio Público.

Campos (2009) ao analisar os primeiros hotéis paulistanos, nos traz uma reflexão interessante desta mesma questão, ao mostrar que a expertise europeia também estava presente na construção dos novos edifícios em tijolos, em uma cidade que sempre edificou suas construções em taipa de pilão. Cavenaghi (2012) que discutiu a divulgação dos meios de hospedagem em novos instrumentos de circulação de saber no período, como os Almanques, seguindo este aspecto, demonstrou que a cidade e as necessidades de seus habitantes, também se refletiam nas características - estruturais e decorativas - de suas edificações, notando-se que a influência estrangeira, em especial a europeia, mostra-se bastante presente.

Müller, Hallal e Ramos (2016), demonstram que a preocupação com a pesquisa sobre a história da hotelaria no Brasil é bastante recente e com pouca produção comparada as outras temáticas de pesquisas desenvolvidas no mesmo período. Apenas 14 artigos entre os anos 2000 e 2016, foram publicados em periódicos científicos no Brasil e estando relacionados a história da hotelaria. Comparando com os períodos de 1991 até 2021, encontraram 16 artigos, mas em todos há temáticas semelhantes: presença de estrangeiros como anfitriões, estruturas arquitetônicas, entre outros. (Müller, Hallal e Ramos, 2016, p.313). Apesar destas análises, nenhum deles argumenta sobre a caracterização da mão-de-obra utilizada no período.

Na revisão bibliográfica desenvolvida, a relação da mão-de-obra escrava em ambientes domésticos urbanos, encontramos notícias relatadas pelo trabalho de Robert Roberts (1827). Publicado nos EUA escravocrata, porém republicano, *The House Servant's Directory* “escrita por Roberts (1827), ele mesmo um ex-escravo, descrevia entre regras, obrigações, e outras, o comportamento adequado dos empregados no ato de servir. Nota-se que era uma literatura de divulgação, que embora não tivesse atingido muito “senhores”, era didática ao disciplinar o comportamento do setor de serviços, apesar de os EUA também ser um país escravocrata.

As análises apresentadas são bastante válidas, pois demonstram que o saber local, no caso brasileiro, não era suficiente para estabelecer um gerenciamento satisfatório do setor de serviços. Foi necessário criar uma espécie de “espelhamento” deste setor no país que tradicionalmente pelo seu modelo escravocrata de constituição da mão-de-obra, não possuía uma experiência de gestão com base capitalista de produção. Este talvez seja o aspecto menos discutido nesta revisão bibliográfica apresentada.

Construção do método de pesquisa

Esta foi uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório buscando na base documental primária, ferramentas de análise proposta pela historiografia: uma triangulação documental que envolve o documento, a historicidade do momento de sua produção e sua divulgação e repercussão junto ao público.

Para compreender aspectos do desenvolvimento da história da hotelaria paulista, buscou-se, neste momento, utilizar-se do mecanismo de coleta documental em acervos específicos e de circulação no período em questão, pela influência de sua abrangência geográfica. O jornal “O Estado de São

Paulo”, antigo jornal “A Província de São Paulo”, que circulava na capital e interior do território paulista desde 1875. Por tratar-se de um período de ausência de testemunhas vivas, a coleta em acervos documentais mostrou-se mais eficiente.

Foram pesquisados os seguintes conjuntos documentais, entre os anos de 1850 e 1900 a saber:

a) Acervo histórico do Jornal O Estado de São Paulo <https://www.estadao.com.br/acervo/> O uso do acervo do jornal o Estado de São Paulo, disponibiliza desde o ano de 1875, notícias específicas sobre a capital e de cidade do interior do Estado de São Paulo.

b) Biblioteca Nacional: hemeroteca digital <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital> , em especial sua coleção do jornal “Correio Paulistano” que circulou na cidade de São Paulo entre 1850 e 1899, sendo a coleção composta de 12 exemplares relacionados ao período.

Em todos os acervos digitalizados direcionaram-se as consultas pelas palavras-chaves: hotel; São Paulo; Século XIX; escravos.

c) Acervo do Instituto Moreira Sales: Biblioteca digital. <https://acervos.ims.com.br/portals/#/categories> . Neste acervo foram encontradas as imagens fotográficas de Militão Augusto de Azevedo que ilustram esse artigo.

Para o acervo relacionado ao jornal “Correio Paulistano” foram encontradas oito referências entre os anos de 1870 e 1900. Para o acervo do Jornal “O Estado de São Paulo”, para a mesma temporalidade da pesquisa, não foram encontradas referências. Em função deste fato selecionaram-se apenas as palavras-chave “Hotel”; “escravos”. Entre 1870 e 1900, foram encontradas 1566 referências. Destas foram analisadas apenas aquelas que apresentassem ambas as palavras presentes em anúncios ou em forma de notícias. Para a década de 1870 foram encontradas 471 referências sendo apenas oito que associam o estabelecimento hoteleiro a presença de escravos.

Para a década de 1880 foram encontradas 926 ocorrências, sendo apenas duas relacionadas ao objeto de pesquisa. As pouquíssimas informações encontradas, demonstram que esta última década esteve marcada pelos movimentos abolicionistas e os anúncios destacados no período, por exemplo,

focavam na fuga de escravos, venda de terras e seus escravos, prisões de escravos e alforria dos mesmos pelos seus antigos senhores.

E finalmente, para a década de 1890 foram encontradas 68 referências, sendo nenhuma relacionada a proposta apresentada em virtude da extinção por lei, do trabalho escravo no país em 1888. Desta forma no total foram encontradas 18 referências relacionadas ao assunto aqui discutido.

Associam-se a este documental primário, informações esporádicas de Almanques e Memoriais publicados no período e citados no decorrer deste artigo, e referenciados na bibliografia final.

Escravidão e o setor de serviços em hotelaria

Questiona-se, como uma sociedade monarquista e escravocrata absorveu modelos de gestão capitalista na condução da mão-de-obra em setores da hospitalidade como no caso do início da hotelaria no país e em especial no território paulista?

Este questionamento é emblemático, pois percebendo a hospitalidade com a relação entre o anfitrião e o hóspede como lembrado por Camargo (2004), que apresenta a teoria dos tempos/espacos da hospitalidade humana, como seria possível acolher e exercer esta relação em uma sociedade escravocrata? Exercer a hospitalidade significa uma doação do anfitrião. Mesmo analisando que o doar implica em receber, na lógica universalizante expressa no “Ensaio sobre a Dádiva” de Marcel Mauss e discutido por Martins (2005), como esse “doar” pode ser percebido na perspectiva de um modelo escravista de produção?

Neste caso o que se percebe e é uma discussão proposta aqui, ter escravos no Brasil do século XIX em tarefas domésticas e urbanas, significava apenas uma relação conceitualmente estabelecida, não necessariamente amparada em um modelo “universalizante” de Dar-Receber-Retribuir proposto por Mauss (Martins, 2005). O cotidiano escravo parecia ser um universo não compreendido pelos senhores, e só criticado por viajantes que não vivenciavam o fenômeno em seus locais de origem, embora a crítica não representasse o não uso da mão-de-obra escrava para serviços próprios.

Nota-se que não se faz aqui uma discussão do modelo econômico escravista durante o Império e sim, como este fato acomodou o nascimento do setor de

serviços que é um gerador de capitais e desde a primeira metade do século XIX e sempre apresentou rentabilidade expressiva.

Este fato é observado, por exemplo, no relato do súdito inglês Guilherme Wellstud que montou uma fábrica de produção de açúcar; não um engenho, no modelo clássico das “*Plantations*” coloniais; no Maranhão na segunda metade do século XIX. Wellstud após perder inúmeros empregados de origem inglesa por motivos de doenças, comenta Coelho (2023, p.172): “Restou-lhe”, comprar noventa escravos para que pudesse “custear a lavoura” e “suprir” a ausência dos operários ingleses. Diante dessa “monstruosa despesa”, como ele dizia, é que o suplicante procura a proteção do Estado”. Aqui observa-se que o modelo escravocrata recebia subsídios do Estado, em especial ao setor primário. O “setor de serviços” pode ser visto como suplementar e não classificado, pois ter escravos é rotina cotidiana e assim, no caso do estabelecimento hoteleiro se vê a mão-de-obra como parte do negócio, cujo gastos são diluídos ou nem contabilizados neste caso.

No processo de análise da documentação encontrada nos repositórios analisados, observou-se que com o uso do trabalho escravo e a comercialização deste tipo de mão-de-obra, formavam-se verdadeiras fortunas e ao contrário que normalmente se pensa, não era o uso do trabalhador escravo que gerava lucro, mas principalmente sua comercialização. Na cidade de São Paulo, entre outras importantes capitais do país, tais como Recife e a própria Corte na cidade do Rio de Janeiro, o uso dos chamados escravos alugados ou ‘escravos de ganho’, era uma prática comum. Grandes fortunas foram feitas no comércio escravagista e a resistência ao seu fim, amparou-se entre outros fatores na lucratividade do capital empregado para a sua existência. Desta forma, o setor de serviços no Brasil em seu início, era inteiramente vinculado ao uso do trabalho escravo e a sua não especialização.

Neste panorama global de uso do trabalho escravo negro africano durante o século XIX, os EUA que também eram escravistas, mas também republicanos. O liberalismo econômico existente era separado dos negócios de Estado. A especialização da mão-de-obra no setor de serviços realizou-se concomitantemente a presença da escravidão. A área mais a leste do país, as chamadas antigas “Treze Colônias”, libertas da dominação inglesa pela Revolução Americana de 1776, desenvolvia uma urbanização crescente,

reduzindo a taxa de analfabetismo e possibilitando a existência de comércios independentes, associados a um grande investimento em infraestrutura.

A especialização da mão-de-obra era decorrente de um modelo socioeconômico e político com participação dos membros da sociedade local. Este fato é percebido, por exemplo, na obra de Roberts (1827), *The House Servant's Directory* (...), publicada em Boston, cidade presente em uma das antigas “Treze colônias”. Roberts que embora tenha sido escravo, organizou e padronizou regras de comportamento da mão-de-obra no setor de serviços, mostrando, com este exemplo, que uma possível especialização convivia com a escravidão no setor de serviços locais. Não que este fato fosse uma regra geral, ao contrário, as “*Plantations*” de algodão e tabaco dos EUA eram administradas de forma semelhante as “*Plantations*” de cana-de-açúcar e café no Brasil, e em ambas, o trato com a mão-de-obra escrava seguia o modelo tradicional historicamente conhecido. Independente deste fato, o que se discute aqui é que o processo de urbanização nos EUA, por esse exemplo, possibilitou o aparecimento de um modelo de sistematização e desenvolvimento do setor de serviços locais.

Nesta fase dessa pesquisa, expõem-se a dicotomia do crescimento urbano em cidades brasileiras, a formação de um pequeno mercado de consumo interno e o aparecimento de melhorias técnicas tais como a ferrovia, em um país com mão-de-obra predominantemente escrava. Pessoas vistas como mercadorias, utilizada para sustentar um nascente setor de serviços, que embora, em alguns momentos, possa ter nascido da experiência externa trazida por empresários europeus, esbarrava na manutenção de uma hierarquia social, política e econômica nascida com a chegada dos portugueses no país desde o século XVI e que pouco se modificara até então.

O setor da hotelaria é um reflexo da adoção, em seu início, deste tipo de mão-de-obra. Embora seja seu crescimento em centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, associado a necessidade de viajantes; não se discute aqui a ideia moderna de turistas; que utilizavam os novos meios técnicos de locomoção, ferrovias; de hospedagem, hotéis e de alimentação, restaurantes e seu menus diários. (Cavenaghi, 2011).

Coletar informações deste momento é bastante complexo, pois ao se olhar para mais de um século de distância do pesquisador, torna-se necessário expor que documentos deixados são resultados daquele momento em que foram

produzidos. Não são verdades absolutas, representam memórias e necessidades de seu produtor e da instituição da qual fazia parte. É uma janela aberta para um passado, mas de um dia que será eternamente nebuloso. Assim, a interpretação do pesquisador é sempre “uma interpretação” e não uma verdade absoluta e imutável. Mas há uma saída segundo Philippe Ariès (1990, p. 169) a “[...] ampliação da história além de suas antigas margens [...]”. Neste artigo o “[...] além de suas antigas margens” é observado nas notícias cotidianas do período, expressas nos classificados em circulação referentes aos jornais “O Correio Paulistano”, da então “A Província de São Paulo”, atual “O Estado de São Paulo (OESP)”.

Os anúncios classificados e a hotelaria na cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX

Em 09 de junho de 1852 o jornal “*Aurora Paulistana: folha política, industrial e Litteraria*”, em seu primeiro ano de circulação, estampava em sua primeira página um anúncio que talvez seja o primeiro a informar a presença de um hotel na cidade de São Paulo.



Figura 04: Anúncio Primeiro Hotel em São Paulo.

Fonte: Aurora Paulistana: folha política, industrial e Litteraria, 09/06/1852, p.01

Fonte: Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=772747&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=0>

<acesso 25/10/2025>
Domínio Público.

No anúncio é possível de se notar o esforço do novo proprietário do então “Hotel Paulistano”, em oferecer o que fosse possível para “satisfazer” os fregueses, oferecendo inclusive “cavalos bons para alugar”, em uma cidade ainda de aspectos rurais, em busca de uma urbanidade e anterior a presença da ferrovia. Antes disso, talvez só as hospedarias que especialmente próximas as saídas da cidade, acomodavam viajantes independente de classe social ou econômica; claro que em um país escravocrata aqueles que acomodavam e

eram acomodados, eram brancos, livres e de posses; em ambientes insalubres, mas de memórias hospitaleiras. Maria Paes de Barros por volta da terceira década do século XIX, ao relembrar de sua infância, comenta sobre um português, o “Barão da Ponte”, que possuía uma hospedaria com essas características, na estrada da saída da cidade de São Paulo, para o interior paulista em direção a Jundiá. (Moura, 1998, p.116)

Também nos escritos de Barros (Moura, 1998) é comentado sobre suas lembranças na produção de gêneros de consumo cotidiano. Todos eles produzidos com mão-de-obra escrava e em sua grande maioria para consumo próprio nas residências particulares, não só no ambiente rural como também urbano. Produtos industrializados eram importados e de acesso a pequena parcela da população abastada pelo capital da nascente lavoura cafeeira paulista, sendo esse capital injetado na transformação dos espaços urbanos, principalmente, “Após o fim do tráfico internacional em 1850, houve um tráfico interno, em que escravos das cidades, do Norte, Nordeste e até do Sul, passaram a ser vendidos para as zonas rurais do Centro-Sul e sobretudo para São Paulo” (Alencastro, 1998, p.77).

Por esta razão, ao utilizar-se da data de 1850 como um marco inicial para a interpretação da hotelaria paulista, pareceu-nos bem oportuna.

No ano de 1863, o jornal “Correio Paulistano” publicava o seguinte anúncio:

Figura 05: Recorte anúncio jornal 1863.

Fonte: Jornal “Correio Paulistano”, 25/08/1863

Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_01&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=0

<acesso 26/10/2025>

Domínio Público



O que se percebe é a mensagem explícita do texto: “queremos um criado que seja escravo”. A preferência demonstra que o setor hoteleiro já estava se consolidando na cidade desta maneira, pois desde 1857 já existia os seguintes estabelecimentos:

Hotel Recreio Paulistano, de Antônio Joaquim de Lima, (tem bilhares) rua Direita; Hotel Paulistano, de Adolpho Dusser, (tem bilhares, e dá hospedagem) rua de S.Bento; Hotel Universal, de J.Lefebre, (tem bilhares,) e dá hospedagem) largo do Collegio; Hotel des Voyageurs, de P.Imbert, (dá hospedagem), largo de S.Francisco; Café e Hotel do Commercio, de Hilário Pereira Magro, rua da Fundação e Geryn, (Bilhar somente), rua do Commercio. (Marques, 1857, p.116).

O proprietário do “*Hotel des Voyageurs*” (Futuro Hotel Palm), de Pedro Imbert, de origem francesa, alardeava em anúncio, no mesmo Almanaque que “(...) *ninguém contestará, que uma das primeiras necessidades em os estabelecimentos desta ordem é uma bem dirigida e aceiada cosinha* (...). (Marques, 1857, p.412). Para manter este status, o proprietário trouxe um cozinheiro que havia trabalhado em casas da aristocracia europeia, ou seja, mão-de-obra livre e assalariada. A percepção que se mostra é que para aqueles nos quais o trabalho assalariado e especializado já era conhecido, neste caso, os proprietários europeus já apontados por Dias (2006), havia a preferência por este tipo de mão-de-obra.

Esta é uma tendência que segue sendo observada no ano de 1878 quando em anúncio no jornal “A Província de São Paulo” oferecia-se:

Cosinheiro

Offerece-se um cozinheiro francez de de mesa e fogão, entendendo também de pastelaria.

3-1

Pode ser procurado nesta typographia.

Fonte: Anúncio jornal “A Província de São Paulo, 01/02/1878, p.03. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/?srsId=AfmBOoqRA5uOyQL7ohBYj2f4971VrgJ4dNy1ZfwKSy-GjZZErQMTi-fv> <acesso 11/11/2025>²

A presença desta expertise estrangeira contrastava diretamente com a permanência de um modelo escravocrata de trabalho e criava uma atratividade ou aquilo que Wood (2009) chama de “manipulação de mitos”, mesmo sendo a atividade turística ainda quase desconhecida: *There is, indeed, a tendency for tourism industries to manipulate myths, legends and perceptions, or to tell oversimplified stories, for marketing and presentational.* (Wood, 2009, p.783)

No anúncio abaixo, circulado no jornal “A Província de São Paulo” no ano 1877, uma escrava era oferecida para venda na cidade de Jundiá:

ES CRAVA

Vende-se uma preta de 30 annos de idade, boa cosinheira, lavadeira, engomadeira e doceira no hotel da Estação me Jundiah.

O motivo da venda é ter seu dono de retirar-se para a Europa. Quem pretender dirija-se ao mesmo hotel para ver e tratar.

4-1

José Jacinto Borges.

Fonte: Anúncio jornal “A Província de São Paulo, 16/01/1877, p.03. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/?srsId=AfmBOoqRA5uOyQL7ohBYj2f4971VrgJ4dNy1ZfwKSy-GjZZErQMTi-fv> <acesso 11/11/2025>

² Os anúncios apresentados a partir desse momento, são transcrições diplomáticas e respeitam a grafia do impresso no período.

Neste anúncio percebe-se que o “melhor” atributo, era a escrava ter exercido praticamente todas as atividades laborais no ‘Hotel Europa’ em Jundiaí, cidade no interior de São Paulo. O motivo da venda associava-se a “retirada” de seu dono para a Europa, também sugere que o proprietário da cativa poderia ser o proprietário do hotel. Sua partida para a Europa demonstra que talvez a propriedade tivesse sido passada para outra pessoa, mas a mão-de-obra tradicional não. Não se discute aqui se o tipo de trabalho exercido era semelhante ao que a escrava fazia em ambiente doméstico, pois não foram encontradas referências sobre essa questão.

A aprovação da Lei Eusébio de Queiroz de 04 de setembro de 1850 que proibia o tráfico negreiro, provocou uma inflação do preço dos cativos que já estavam no Brasil. Não se discute neste artigo característica da continua importação irregular de escravos e de que forma isso impactava em seu preço de revenda. Discute-se que a qualificação da mão-de-obra livre e também a escrava, conviviam em um cenário que impedia a especialização da segunda. A propriedade familiar dos negócios confundia o setor privado com o público e o equipamento hoteleiro parecia uma transmutação de uma residência, associada à sua dinâmica econômica de gerenciamento.

Essa “não especialização é narrada por Alencastro: De uma maneira geral, no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a problemática da imigração parece obedecer a certas constantes observáveis em outros países do continente. Quando os representantes dos fazendeiros e dos comerciantes de importação exportação controlam o aparelho do Estado, a política oficial trata de canalizar para o país indivíduos pobres de todas as raças. (Alencastro, 1998, p.32-grifo nosso).

No ano de 1881, o jornal “A Província de São Paulo” publicava o seguinte anúncio:

NO HOTEL DAS FAMILIAS, no Braz, precisa-se de um bom copeiro livre ou escravo.

Fonte: Anúncio jornal “A Província de São Paulo”, 05/05/1881. p.03 Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18810505-1852-nac-0003-999-3-not> <acesso 11/11/2025>

Neste anúncio observa-se uma situação de transição do tipo e uso da mão-de-obra naquele momento na cidade de São Paulo. Talvez o elevado preço de aluguel ou compra de escravos, em virtude das restrições socioculturais e econômicas de seu uso, os movimentos abolicionistas e a enorme presença de imigrantes na região, fazia com que o proprietário do hotel não fizesse distinção em relação a qual tipo de mão-de-obra seria contratada. Aqui pode-se elencar

uma hipótese que apesar da existência de uma mão-de-obra assalariada e livre, o modelo de gerenciamento dela espelhava-se na maneira como ainda era tratada a mão-de-obra cativa, pois era a característica predominante e conhecida até então.

Naquele momento os movimentos de extinção do uso mão-de-obra escrava no Brasil eram muito intensos e no ambiente urbano, ainda mais. Neste ano de 1881 a Província do Ceará já havia abolido o uso da mão-de-obra escrava, mas deve-se notar que o comprometimento do seu uso com a economia local era muito baixo, de maneira diferente o que acontecia nas Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, locais em que as plantações de café, mesmo com a presença de imigrantes, ainda dependiam diretamente do uso desse tipo de mão-de-obra.

Mas havia movimentos organizados que procuravam lutar contra o uso de escravos conforme noticiado em 1886 no jornal “A Província de São Paulo” que comunicava os resultados da aplicação do chamado “Fundo de emancipação”.

Fundo de emancipação – Por conta deste fundo acabam de ser alforriados 10 escravos no município de S. José dos Barreiros, desta província, mediante a indenização de 5:500\$. Preço médio 550\$000. Foram também alforriados 10 escravos de S. João da Boa-Vista por 5:575\$000 e uma escrava em Santa Cruz do Rio Pardo por 599\$.

Fonte: Anúncio jornal “A Província de São Paulo”, 21/09/1886, p.03

Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18860921-3446-nac-0003-999-3-not>
<acesso 11/11/2025>

O que se nota é a intensa campanha cuja ações eram expostas ao público, sugerindo que o uso da mão-de-obra escrava estava fadado ao fim em um futuro bem próximo. Ao processo de desconstrução de seu uso, associam-se diretamente ao crescente sucesso da presença da mão-de-obra imigrante que por ter origem em locais cuja especialização se desenvolveu muito tempo antes, era considerada mais apta a determinados tipos de serviços especializados. Não se discute aqui os ganhos maiores da nascente burguesia urbana brasileira com a substituição da mão-de-obra escrava, pela livre e imigrantes, como também a discussão sobre o “branqueamento” da população imposta pelo Estado. Nem toda essa mão-de-obra livre era imigrante, e esta discussão foi bastante analisada no trabalho de Santos (2003).

Outra discussão interessante do período em relação ao hotel, como instituição presente no processo cotidiano da cidade de São Paulo no período, o local também servia de centro de comercialização de produtos e entre eles, os próprios escravos:

Escravos

*Existe no Hotel de França, à rua Direita, uma partida de escravos de ambos os sexos, escolhidos a capricho.
Aceitam-se propostas de compras até o dia 21 do corrente, às 10 horas, visto que seguem para Campinas 2-1*

Fonte: Anúncio jornal "A Província de São Paulo", 20/10/1878, p.03

Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18781020-1101-mat-3-999-3-nota>
<acesso 11/11/2025>

Este uso do hotel demonstra sua importância como ponto de referência no setor de serviços da cidade de São Paulo naquele momento. Suas dependências facilitavam a prática de comércio por pessoas em trânsito e o anúncio demonstra que mesmo na polêmica da comercialização de escravos, não havia impedimento do uso do estabelecimento para este fim.

A presença de viajantes na cidade também era motivo de notícias. Este fato é bastante interessante pois mostra uma característica persistente na cidade de São Paulo desde a época colonial: primeiro o não aceite de visitantes sem uma carta de apresentação além da tradicional ausência de locais específicos de hospedagens além de estalagens e os chamados "ranchos", pequenas hospedarias sem infraestrutura alguma localizado nos caminhos que ligavam as cidades (Belchior e Poyares, 1987). Este costume se transmuta na época final do Império no fato dos jornais locais publicarem quem havia se hospedado em determinado hotel.

Hospedes. — *Chegaram hontem ao Hotel de França :*

Joviano Ferreira de Camargo Andrade.

Antonio Ferreira de Camargo Andrade.

J.B. Braga Junior.

Dr. Octaviano Pereira Mendes.

Joaquim Franco de Godoy.

Affonso Bernardino de Godoy.

Antonio Candido de Oliveira.

José Carlos Chaves de Oliveira.

Antonio Leite de Sampaio.

Fonte: Anúncio jornal "A Província de São Paulo", 12/08/1887, p.02

Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18870812-3710-nac-0002-999-2-nota>
<acesso 11/11/2025>

A divulgação dos hóspedes além de garantir certa “segurança” ao proprietário também serviria de aviso a população da presença de visitantes que chegavam e desta forma minimizava a “estranheza” pela sua presença. Alvares de Azevedo em 1849 e então estudante da Academia de Direito, debochava nos escritos de suas cartas, da situação cotidiana na cidade de São Paulo: “[...] aqui é um bocejar infinito”, ou ainda, “Reduzido a ficar em casa, por não ter aonde ir, e não achar prazer em andar correndo ruas, acho-me na maior insipidez possível, ansioso de deixar essa vida tediosa do mal ladrilhado S. Paulo”. (Azevedo, 1977, p.209).

Pode-se perceber que este fato entre outros, ajuda a caracterizar a permanência de uma história de longa duração e fica demonstrada neste costume de se anunciar que era novo na urbe. O estabelecimento hoteleiro está conectado com as realidades cotidianas da sociedade da qual faz parte, e neste aspecto, legitima-se como instituição desta mesma sociedade.

Conclusões finais

O uso de mão de obra escrava na formação do setor de serviços no Brasil e no caso deste artigo, no setor hoteleiro, mostra que para este segmento não foi diferente de outros setores econômicos no país. Notou-se que o domínio doméstico se confunde com os domínios comercial ou privado, que ao reproduzir valores do primeiro, impediu especializações e padronizações de serviços dos dois últimos. Houve uma constante perda do potencial humano motivador de transformações socioculturais que geram melhorias e redistribuição de capital. No caso específico do uso da mão-de-obra escrava, encontramos a concentração de capital em uma única pessoa no caso o proprietário. Esta forma errônea de percepção da riqueza ajudou a criar atraso de gestão administrativa e de pessoal no Brasil que se refletem até os dias contemporâneos, como exemplo, os clássicos baixos salários pagos no setor hoteleiro.

A hotelaria paulista seguiu o modelo de concentração em áreas de circulação de pessoas e de capitais, próximas ao Centro Velho em um primeiro momento e posteriormente associada a presença da ferrovia após 1867. O que se notou também, foi essa dificuldade de se perceber uma das funções principais do hotel: a criação do anonimato ao seu hóspede. Neste caso a exposição pública dos hóspedes em artigos de jornais de significativa circulação, demonstram claramente essa ideia. Outra questão importante é perceber o estabelecimento

hoteleiro com centralizador de outros negócios não vinculados a sua atividade principal. Não só visitantes como também residentes, utilizavam-se do estabelecimento para fins comerciais paralelos, demonstrando que questões públicas e privadas estavam muito próximas e pouco distintas. A cidade estava ainda construindo elementos de urbanidade e os aspectos associados ao ambiente rural; isolamento e patriarcalismo; eram mais expressivos que a realidade urbana no qual a diversidade comercial e o anonimato estão mais presentes.

Neste artigo, demonstrou-se novas possibilidades de percepção do estabelecimento hoteleiro como reprodutor de valores e realidades da sociedade na qual ele está presente, além de possibilitar refletir aspectos desta herança histórica presentes em nossa atual sociedade.

O modelo de gestão da mão-de-obra no setor atualmente, por exemplo, reflete exatamente a mesma realidade existente em outros setores: a não percepção da importância de se rever a maneira como a mão-de-obra ainda é tratada no país. Ainda permanecem valores muito próximo da época escravocrata em um país que ainda é possível de se ver notícias que denunciam o uso de trabalho “análogo a escravidão” em pleno século XXI.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2.
- ARIES, Philippe. A história das mentalidades. In: Le Goff, Jacques. (1990). *A História Nova*. (dir.). São Paulo : Martins Fontes, 1990.
- AZEVEDO, Vicente de. **Alvares de Azevedo desvendado**. São Paulo : Martins; Brasília : INL, 1977.
- BELCHIOR, E.O.; POYARES, R. **Pioneiros da hotelaria no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : SENAC, 1987.
- BROWN, T.E.; LEFEVER, M.M. A 50-Year Renaissance: The Hotel industry From 1939 to 1989. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly* , 31 (1), p.18-25, 1989. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/001088049003100109>
- BOWIE, David. Innovation and 19th century hotel industry evolution, **Tourism Management**, v. 64, p. 314-323, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517717301966> Acesso 30 mai. 2024
- CAMARGO, L. O. L. Os interstícios da hospitalidade. **Revista Hospitalidade**, v. 12, n. Especial, p. 23-56, 2015 Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/574> . Acesso em: 30 mai. 2024

CAMPOS, E. Os primeiros hotéis da cidade de São Paulo. Século XIX: Império e República. **Informativo do Arquivo Histórico Municipal**. São Paulo, Ano 4, n.24, maio/junho, 2009. Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info24/i-estudos.htm>. Acesso em: 12/10/2023

CAVENAGHI, A. J. Hotéis paulistanos: das razões da hospedagem urbana na cidade de São Paulo e as notícias em almanaques e memoriais do século XIX. **Revista Turismo Em Análise**, 22(1), 119-145, 2011. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i1p119-145> Acesso 30 mai. 2024

COELHO, Matheus Sinder Nunes Herdy. **O Nascimento da Indústria no Brasil: economia escravista, fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2023, 388p.

DIAS, C. M. M. Marcos da hospitalidade na Cidade de São Paulo: amenidades e facilidades. **Revista Turismo Em Análise**, 17(2), 170-189, 2006. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v17i2p170-189>

LIMA, Antonio Carlos de. "Flats" e apart-hotéis em São Paulo. **Revista Turismo Em Análise**, São Paulo, Brasil, v. 2, n. 2, p. 65–71, 1991. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v2i2p65-71.

MARQUES, A. (org.) **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Província de S. Paulo para o anno de 1858**. 2º anno. S. Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1857.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 73; 45-66, 2005.

MOURA, C.E. de (org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**. São Paulo : Editora da UNESP, 1998.

MÜLLER, D., HALLAL, D., RAMOS, M. da Graça G. A História Dos Meios De Hospedagem No Brasil Nos Periódicos Científicos Brasileiros De Turismo. **Revista Hospitalidade**, 13(2), 304–320, 2016. Recuperado de <https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/view/67> Acesso 29 mai. 2024.

PIRES, Mario Jorge. Hotéis do século XIX em São Paulo e no Rio de Janeiro: diversidade de serviços. **Revista Turismo Em Análise**, São Paulo, Brasil, v. 2, n. 2, p. 55–64, 1991. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v2i2p55-64

ROBERTS, R. **The house servant's directory : or (...)**. USA: Boston, Munroe and Francis, 1827 Disponível em: https://web.archive.org/web/20230127054841/https://d.lib.msu.edu/fa/43#page/1/mod_e/2up Acesso 20 mai. 2025

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**. São Paulo e Pobreza (1890-1915). Selo Universidade, 2ª ed, São Paulo, Annablume, Fapesp, 2003.

SECKLER, Jorge.(org.) **Almanach da Província de São Paulo: Administrativo, Commercial e Industrial para o anno de 1888**. São Paulo : Typographia Jorge Seckler & Comp., 1888

SIQUEIRA L. Os hotéis na cidade de São Paulo na primeira década do século XX: diversidade no tamanho, na localização e nos serviços. **Revista Brasileira de História**; 32(63):341–60, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000100016> Acesso 10 de jun. 2024

WALTON, John K. Prospects in tourism history: Evolution, state of play and future developments. **Tourism Management**, Volume 30, Issue 6, p. 783-793, 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517709001083> Acesso 30 mai. 2024

WALTON. John K. O negócio da hospitalidade: uma história social. In. Lashley, C; Morrison, A. **Em busca da hospitalidade**. Perspectivas para o mundo globalizado. Barueri-SP : Manole, 2004

WOOD, Roy C. Hotel culture and social control. **Annals of Tourism Research**, Volume 21, Issue 1, p. 65-80, 1994 Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0160738394900051> Acesso 10 de abri. 2025.

Airton José Cavenaghi: Graduado em História (licenciatura plena) pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Assis-SP, obteve os títulos de mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Atualmente é Professor Pesquisador na Universidade Anhembi Morumbi (UAM-SP) no PPG em Hospitalidade da mesma universidade (2000-hoje). Tem experiência nas áreas de Turismo e Hospitalidade (Antropologia e Consumo; Dádiva). Possui também experiência em História Social, com ênfase em História do Brasil (século XIX), atuando principalmente nos seguintes temas: urbanização brasileira, fotografia, patrimônio cultural, memória, iconografia, bibliologia paulista e cartografia histórica. Desenvolve pesquisas na área de Ciências Sociais Aplicadas, com abordagem na interpretação das dimensões, resultados da percepção da hospitalidade na contemporaneidade, além de pesquisas na área de História: Patrimônio Material edificado e suas representações presentes na cartografia histórica brasileira. Pesquisa também aspectos culturais da sociedade brasileira, com enfoque especial em questões da história da hotelaria e da Hospitalidade, além da análise da Cartografia Histórica e da produção fotográfica do século XIX.

Texto recebido em: 23/02/2026

Texto aprovado em: 11/08/2026